



No London Tavern, embora haja música ao vivo, os vizinhos não reclamam

N

uma cidade já pobre em opções de lazer, não é mais permitido, no Plano Piloto, o funcionamento de bares com música ao vivo e muito menos de casas noturnas. Só é permitida a música nos setores hoteleiros e no de diversões, além do Gilberto Salomão. Assim reza a portaria do GDF, mas a verdade é que a música ao vivo continua em vários pontos da cidade como uma necessidade, pois dá emprego aos músicos e lazer para quem não quer pagar uma fortuna para ir a locais mais sofisticados ouvir música. O repórter Kido Guerra, colaborador do CORREIO, procurou músicos, casas noturnas e fez um levantamento da situação. Sua conclusão: o problema é insolúvel e ainda vai dar muita confusão.



Flor Amorosa, um dos locais com música mais animados de Brasília. E possível reprimi-lo?

A guerra pela música ao vivo em Brasília

O problema prossegue sendo de interpretação e a corda sempre arrebenta no lado mais fraco

KIDO GUERRA
Colaborador

Há alguns meses, a Secretaria de Segurança Pública declarou guerra à noite brasiliense. Mais especificamente às casas noturnas que andaram violando a famosa Lei do Silêncio, através de música ao vivo — ou não. O que se viu foi uma série de arbitrariedades, prisões irregulares, apreensão de instrumentos, coações diversas, exageros, impunidade. Foi preciso que a imprensa entrasse na quest-ao, contando com o importante aval da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, além da presença da OMB - dos Músicos -, e do Sindicato dos Músicos Profissionais do Distrito Federal. Só assim, às custas de muita polêmica e muito esforço, foi possível interromper a ação repressora dos policiais, inclusive com a punição de alguns responsáveis.

Depois, um período de calma. De calma aparente e efêmera, pois logo no início do ano, pouco mais de dois meses após as punições, o episódio do Beirute envolvendo policiais, músicos e um jornalista fez reforçar a impressão de que a trégua não era de interesse da polícia. Mais uma vez, a imprensa se manifestou e processos correm na Justiça.

Hoje não se fala mais nisso. A questão básica, porém, permanece: até quando será preciso que haja a constante vigilância dos jornais para que não se cometam novos abusos? A julgar pelo atual posicionamento do GDF em torno do problema, **ad infinitum**. Ou então até que mudem a lei. Ao menos, sua interpretação; ou a postura diante dela.

"Não é mais permitido, no Plano Piloto, o funcionamento de bares com música ao vivo, muito menos casas noturnas em outros locais senão os Setores Hoteleiros e os de Diversões, além do Gilberto Salomão". Até este ponto, nenhuma novidade gritante. Mais que isso, um retrocesso. Afinal, embora não esteja explícito na legislação, as chamadas Comerciais Locais nunca puderam, de direito, abrigar estabelecimentos do gênero. Mas — e aí começa a grande confusão — também não são proibidas. Tanto é que nos últimos anos a Secretaria de Viacão e Obras forneceu alvarás de funcionamento que permitiam (e ainda permitem) a execução de música (ao vivo ou não) até as duas horas da madrugada. A despeito da Lei do Silêncio. Apesar da Lei das Contravenções Penais. Licenças especiais, mas caríssimas.

"Ocorre que a Secretaria de Segurança e a SVO acabaram brigando entre si, se desentenderam com essa questão dos alvarás e deu confusão. Só que a corda acaba arrebitando pelo lado mais fraco e foram os músicos os que mais se deram mal com essa tal de guerra ao barulho. E por falar nisso, que barulho é esse? Música virou barulho?", se indigna o compositor e maestro Edgar Eischler, presidente do Conselho Regional local da OMB.

"VAMOS FECHAR"

Sindicos mal-educados, moradores insatisfeitos, autoridades impacientes, policiais nervosos, abaixo-assinados... Re-

sultado do quadro: "Nós não vamos mais conceder alvarás de funcionamento para bares com música ao vivo ou casas noturnas nas comerciais. Quem quiser abrir uma, tudo bem, mas vai ter que se virar depois com a polícia, pois estará agindo irregularmente", garante Yolanda Hudson Ramirez, assessora jurídica do DLFO - Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da SVO. "Nós poderíamos até fornecer licenças para os bares funcionarem das seis da tarde as seis da manhã, mas já houve uma série de problemas com a vizinhança no ano passado e estamos lutando para fechar os que estão funcionando. E está difícil", observa.

Uma afirmação que, embora possa soar com certo grau de precipitação, é pelo menos mais acertada do que a do chefe da Seção de Zoneamento e Numeração Predial (que concede ou não os alvarás), um inaccessível, sisudo e mal-informado José Vieira de Melo: "Que eu saiba não funciona nenhum bar com música ao vivo nas quadras comerciais locais. É proibido", dizia, enquanto assinalava o Não, no papel de consulta sobre alvarás.

A proibição definitiva, mais que um acordo de cavalheiros, quer dizer, de secretários, é fundamentalmente uma questão de hermenêutica. Uma questão relativa à difícil arte de interpretar as leis. Segundo a assessoria jurídica do todopoderoso DLFO ("Toda instalação comercial deverá obedecer a projeto submetido à sua aprovação e o órgão se reserva o direito de impor exigências relativas à utilização prevista para a loja"), a proibição está prevista no Código de Edificações de Brasília. Este, no entanto, não faz referências diretas ao assunto.

Quando muito, o seu artigo 42 indica que nas comerciais locais deverá funcionar lanchonetes, padarias, farmácias, mercearias... e não cita bares ou restaurantes. Muito menos com música ao vivo. Por outro lado, o artigo 172 enuncia: "Nos restaurantes e bares será permitida, a critério do DFLO e por ele fixado, a colocação de cadeiras e mesas na calçada, desde que esta tenha largura superior a 5m e as cadeiras e mesas não ocupem mais de 60% de sua área e nem ultrapassem a projeção da marquise ou toldo e dos alinhamentos laterais". Ora, não há muitos outros espaços que apresentem tais características a não ser as comerciais locais.

GREVE GERAL

Caso a postura do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras se mantenha inalterada, isto é, caso não mais forneça alvarás de funcionamento para estabelecimentos de diversões nas quadras comerciais locais (e nem concedam renovação), em breve poderemos ver uma série de bares fechados ou deveremos nos preparar para presenciar ou sofrer novas investidas policiais para coibir os "abusos cometidos contra o sossego da população" (vide quadro). Abusos?

"Realmente, temos que ponderar que em vários casos as reclamações procedem, pois

vários proprietários acham que basta armar um toldo sobre as mesas e as caixas de som para a música não vazar. De fato, soluções improvisadas não resolvem, perturbam o silêncio dos moradores, mas o músico não tem nada a ver com isso. Isso é coisa para os donos dos estabelecimentos resolverem", protesta o maestro Eischler.

Segundo o presidente do Conselho Regional da OMB, o que não pode mais ocorrer são as

prisões ou as apreensões de instrumentos - "Não existe maior sofrimento para o músico do que pegarem seu material de trabalho, muitas vezes comprado às custas de muito suor. E puro abuso de poder. Devolvem depois, tudo bem, mas estragado, arranhado. Não é admissível esse tipo de coisa".

O maestro propõe, entre outras atitudes a serem tomadas, a instituição, pelo GDF, de um decibelímetro, já usado em São



Adam e Claire cantando Dylan no 'Gilbertinho': lá é permitido

Paulo, para comprovar se o ruído em questão é barulho ou não. "Músico não faz barulho, faz música!", insiste. E propõe também que a classe esteja bem mais unida para ter conhecimento de seus deveres e direitos, para poder lutar por eles. Além de sonhar com uma greve geral.

"Basta um sábado", imagina. "Todas as casas noturnas fechadas, sem música, sem jazz, sem chorinho, os teatros sem shows, sem concertos, recitais, os clubes sem bailes, sem festas, os casamentos sem música... Logo a mulher de um coronel que manda fechar os bares iria perceber que o músico também é um serviço dela e faz falta. Ora, não existe uma festa sem música. Música serve para tudo, até para tratamento terapêutico. Música dá dinheiro, atrai freguesia... O único bar de Brasília que eu conheço que vive cheio e não tem som é o Beirute. Todos os outros têm".

E não são poucos. Mais de 60, só no Plano Piloto e no Lago Sul, representando uma significativa parcela do mercado de trabalho do músico brasiliense. Pelo menos a metade funciona fora dos limites exigidos para a concessão de novos alvarás pelo Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da SVO.

Outra meta: chega de preconceito para com os músicos! Uma greve geral, para Edgar Eischler, teria o cunho mais abrangente possível. "Melhores cachês, melhores salários, mais respeito... O músico chega numa recepção destas, é muito bem recebido, muito aplaudido, mas depois vai jantar na cozinha... Acontece que se lhe pagassem condignamente, ele não precisaria nem jantar lá, pois iria comer no melhor restaurante da cidade", protesta o maestro.